

Hélio de Seixas Guimarães. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. 308p.

Hélio de Seixas Guimarães, em *Machado de Assis, o escritor que nos lê*, propõe olharmos para Machado de Assis através da teoria da recepção, o que significa, também, olharmos para nós mesmos como leitores. Acompanhando a trajetória da crítica sobre Machado nos últimos cento e vinte anos, Guimarães oferece não só um panorama das diferentes interpretações que fizeram o escritor ser aquele que conhecemos -- das diferentes figuras que se criaram para o bruxo -- mas traça também um interessante panorama da crítica brasileira. As leituras de Machado apresentadas no livro mostram que um problema central organizou os debates literários no Brasil desde os primórdios da crítica literária nacional: a relação da cultura brasileira com suas influências internacionais, um problema que, como já apontaram Paulo Emílio Sales Gomes, Antonio Candido e outros, está na base da nossa formação cultural de país colonizado e, não por acaso, também se mostra central para os debates sobre Machado. Feita à imagem e semelhança do colonizador, nossa elite cultural e política busca entender desde a Independência como nossa literatura pode ser original sem deixar de ser parte da cultura "ocidental" do próprio colonizador. Tentamos nos equilibrar entre estes dois polos. Seria Machado um autor universal transplantado no Brasil -- um ser estranho em nosso cânone nacional -- ou um autor que deve ser entendido a partir das nossas especificidades locais?

Escrevendo a partir da "teoria da recepção", Guimarães se permite não tomar posição nos debates por vezes bastante belicosos da crítica, apontando assim como o próprio Machado cria espaço para estas diferentes leituras. Isto é, a complexidade do texto machadiano, composto por leituras, desleituras e enganos intencionais -- além de inúmeras e nem sempre usuais influências literárias -- desafia a crítica a enquadrá-lo,

escapando de uma leitura totalizante ou definitiva. Machado parece permitir sempre uma abordagem diferente daquela apresentada, uma leitura que enfatize outros aspectos, recolocando a crítica em movimento. Para a teoria da recepção, estas diferentes leituras se somam e o novo leitor sempre chega ao texto com uma bagagem própria, com uma expectativa composta tanto pelo seu momento histórico como pelas leituras já feitas (suas e de outros). Entender como uma tradição interpretativa surge neste processo, respondendo tanto às leituras que a precederam, como a novos imperativos históricos, é o desafio do livro que Guimarães articula de forma interessante e coerente.

Para Guimarães, a recepção de Machado pode ser organizada em quatro momentos, que formam os quatro capítulos do livro. Estes momentos seriam marcados por leituras que reposicionaram a crítica sobre Machado, alterando o seu horizonte de leitura, mas obrigando também a própria crítica a repensar os seus pressupostos. O primeiro destes momentos é coevo ao autor e denominado "Autor de exceção". Principalmente com a sua chamada segunda fase, o caráter peculiar de Machado ganhava destaque, assim como os limites da nossa crítica literária, algo apontado pelo próprio escritor em suas colunas de jornal. Trazendo influências que fugiam do óbvio romântico -- do tríptico Staël, Humboldt e Chateaubriand -- Machado desafiava a crítica a repensar suas próprias expectativas. Em busca de representatividade em nossa literatura e medindo o sucesso literário a partir dos ícones românticos, fossem eles *Iracema* ou *Atala*, a crítica oitocentista não sabia ao certo o que fazer com Machado e sua ironia. Assim como Flaubert forçara a crítica francesa a se reinventar para lidar com o seu estilo indireto de narrar, Machado obrigava a nossa crítica a se reinventar para não ser tragada pelas armadilhas criadas pelo próprio autor, por suas personagens falsamente sábias e pelo seu narrador zombeteiro. Machado era, para o bem ou para o mal, uma exceção no cenário brasileiro. Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, por diferentes vias, enfatizando o humor, mas também a aparente falta de nacionalismo do autor, sem falar nos disparates cientificistas e racistas de Romero, deixavam claro ser Machado uma peça diferente que surgia na literatura nacional, um desafio novo que se impunha à crítica e obrigava-a a confrontar suas próprias limitações.

O segundo capítulo do livro, "O mito nacional", aborda o momento da recepção de Machado que, segundo Guimarães, transformou o autor de uma figura estranha no cânone brasileiro em uma figura emblematicamente nacional. A mudança de paradigma começa a ser notada nos anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Se o modernismo de 1922 prestou pouca atenção a Machado, considerando-o desinteressado nas coisas brasileiras, a partir de 1930 o escritor mulato e de origem humilde encontrou um plano fértil para se tornar um símbolo do novo Brasil que surgia. Ademais, a ascensão das vertentes críticas ideológicas e psicologizantes favorecia uma leitura da obra de Machado que buscasse em sua vida chaves para a sua obra, algo claro nos trabalhos de Lúcia Miguel Pereira e de Augusto Meyer. A ascensão social do escritor, mas também a epilepsia de que sofreu durante sua vida, nestas vertentes tornavam-se possíveis explicações para as peculiaridades do autor e seu afastamento do cânone romântico. Nesta nova chave de leitura, ganhava atenção também o caráter realista de Machado, isto é, a ênfase de que ele buscava na realidade brasileira o seu material principal. Assim, mesmo quando politicamente oposta ao Estado Novo, a crítica também adotava Machado como um autor exemplar, como acontece com Astrojildo Pereira, que via na ironia de Machado uma crítica ao estado das coisas no país. De um autor classicizante e despreocupado com o seu país, Machado torna-se o grande leitor do Brasil, assim como o dono de uma trajetória exemplar. De um estrangeiro no cânone, ele passa a ser visto como um paradigma para a literatura brasileira.

O terceiro capítulo do livro, o "Shakespeare brasileiro", aponta para a reviravolta que a leitura internacional de Machado, principalmente a feita pela classicista norte-americana Helen Caldwell sobre *Dom Casmurro*, representou para os estudos machadianos. Olhando o autor não a partir das preocupações nacionais, mas principalmente da leitura do cânone ocidental, Caldwell percebe haver uma inconstância do narrador machadiano que desautoriza o pacto entre leitor e narrador, o que havia sustentado parte das leituras até então. Machado não era um simples retratista de sua trajetória ou da elite falida do país. Se até então Bentinho havia sido visto como um homem traído, um representante da decadente elite nacional, a leitura de Caldwell revelava uma trama mais complexa e literária na qual a própria história contada é deixada

em suspensão. Feita principalmente a partir de suas leituras de Shakespeare, a leitura da crítica norte-americana colocava em questão o que parecia assentado: seria Machado o grande representante das questões nacionais e, assim, a sua literatura precisava ser compreendida a partir do próprio país, ou seria ele um autor pertencente ao cânone ocidental, preocupado com as grandes questões humanas? A pergunta ganha relevância conforme a recepção internacional de Machado, nos anos 1980 e 1990, acumula leitores tão emblemáticos quanto famosos, como Salman Rushdie e Susan Sontag, ao mesmo tempo em que era incorporada e questionada pela própria crítica brasileira.

O quarto e último capítulo do livro, "Em torno do autor realista", aborda a crítica mais recente, a partir dos anos 70, feita já no âmbito especializado das universidades também no Brasil. Os novos desafios para se ler Machado de Assis, fica claro, acompanham o afinamento da própria crítica literária brasileira, assim como a sua internacionalização. Acompanhando principalmente a crítica de Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi, o capítulo mostra como a importância da realidade brasileira, que aparecera no segundo capítulo e fora questionada no terceiro, retorna agora com força e nuances renovadas. Os críticos divergem, entretanto, sobre a melhor maneira de levar em conta a realidade nacional ao ler-se o autor. Se Roberto Schwarz, por um viés marxista, propõe ver na forma dos romances machadianos a condensação das relações sociais brasileiras, com ênfase para a inconstância do favor gerada pela escravidão, Gledson procura entender as intenções e comentários do próprio Machado, muitas vezes feitos de forma irônica, principalmente através de suas crônicas, mostrando como o autor seria um leitor perspicaz do Brasil. Já Alfredo Bosi enfatiza como o autor cria, a partir do contexto brasileiro, personagens humanas que transcendem tipos sociais e que por isso possuiriam grande força.

No final do capítulo, Guimarães olha para o debate recente entre Roberto Schwarz e Michael Wood; um debate que recupera a tensão entre um Machado nacional e um Machado universal que parecia encerrada; entre um Machado lido a partir dos problemas do Brasil e um Machado lido com olhos para o cânone ocidental. Para Schwarz, ao dissociar Machado do Brasil, "elevando-o" ao cânone de grandes autores da literatura mundial, Wood apaga o verdadeiro caráter crítico do escritor. Para Wood,

entretanto, engessar o escritor em uma única leitura como faria Schwarz e grande parte da crítica brasileira diz mais sobre o próprio desejo de controle da crítica nacional do que sobre um autor que questiona em sua obra o sentido fixo dos termos nacional e local, ou mesmo a estabilidade de sentido das próprias palavras. Após seguirmos a trajetória proposta por Guimarães, entretanto, já está claro que falar de Machado nunca é falar só do próprio autor, mas também determinar -- ou defender -- o próprio lugar de fala do crítico e o seu direito de avançar uma interpretação, algo claro na discussão entre Roberto Schwarz e Abel Barros Baptista que encerra o livro. Escolher uma abordagem, assim, não é mera questão literária; é também uma decisão política.

Fica evidente nos quatro momentos da crítica analisados por Guimarães que o debate sobre Machado, assim como a própria crítica brasileira, tem girado em grande medida no entorno do lugar do Brasil -- representado aqui por seu mais ilustre escritor -- na literatura mundial. Como apontado anteriormente, a pergunta é certamente central às preocupações de uma nação formada a partir do colonialismo e evidencia o que, com o advento dos debates sobre literatura mundial, tem ficado claro: somente quem sempre acreditou estar no centro pode se dar ao luxo de ignorar as linhas de força que regem e politizam a “república mundial das letras”. É curioso perceber também como certos debates centrais da crítica internacional, principalmente os identitários, talvez por não terem impactado as principais leituras de Machado, ou por não terem sido incorporados pelas tradições críticas nas quais foca Guimarães, estão ausentes do livro. Esta ausência, entretanto, mereceria maior consideração. Extrapolando o livro de Guimarães, resta saber se os novos interesses da crítica internacional e nacional, passando pela antropologia e a sua própria descolonização, afetarão o paradigma no qual a literatura brasileira, assim como o próprio Machado, vem sendo debatidos. Haverá lugar para uma nova figura machadiana a partir destes novos debates? Estas novas preocupações abrirão uma nova etapa nos debates da cultura brasileira, ou serão uma extensão das mesmas questões com as quais temos nos debatido há mais de um século?

Marcelo Freddi Lotufo

Pós Doutorado em Letras

Universidade Estadual de Campinas/Fapesp